



Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Prezados Acionistas, A Administração da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (doravante “PB-LOG” ou “Companhia”) submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, as quais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2024, a PB-LOG completou 12 anos de existência, atuando alinhada com seu posicionamento estratégico, focando na prestação de serviços logísticos de apoio à operação de *Upstream*, com uma posição reconhecida e competitiva em custo, prontidão e flexibilidade operacional. O resultado do exercício refletiu o esforço integrado de todos os nossos colaboradores, com comprometimento e competência, em articulação com nossos parceiros, clientes e fornecedores, contemplando altos níveis de operação e segurança. A segurança é prioridade para todo o Sistema Petrobras e, em 2024, nossas operações resultaram uma taxa de acidentados registráveis (TAR) de 0,35 acidentados/milhão de “Homens-Hora Expostos ao Risco” (HHER); este resultado encontra-se 52% abaixo do limite de alerta (LA=0,67) definido para esse indicador no ano. A empresa buscou executar suas operações comerciais com base em relações de cooperação mútua e respeito aos clientes, com objetivo de garantir as melhores condições de atuação para atender aos níveis de serviço necessários à continuidade operacional dos ativos de Exploração e Produção (E&P). Os esforços nas negociações contratuais proporcionaram a geração de valor e resultado econômico aderentes aos riscos associados ao negócio, respaldados pelas gerências e pela administração. O nosso Lucro Líquido auferido no exercício, de R\$ 535 milhões, representa a eficiência das nossas operações, sendo integralmente distribuído à Acionista sob forma de dividendos. Nesse sentido, antecipamos dividendos à acionista controladora, no valor de R\$ 463 milhões em dezembro de 2024, referente ao lucro auferido no período de janeiro a outubro de 2024. No ambiente de gestão contratual, buscamos ação tempestiva na contratação e na cessão de frota para atendimento às nossas demandas de serviço, sempre em colaboração com a controladora para uma adequada gestão do Pool Logístico do Sul-Sudeste e às necessidades das operações de E&P da Petrobras. Ainda, mantivemos foco na diligência das medições contratuais e a regularização significativa de saldos e provisões com clientes e fornecedores Aprimoramos a gestão corporativa, bem como mantivemos o monitoramento integrado dos Riscos Empresariais e de Integridade. Ainda, em 2024, houve a centralização da atividade de Auditoria da PB-LOG em sua Controladora, o que permitiu uma maior abrangência do escopo do trabalho da auditoria, reforçando as linhas de defesa. Esses esforços conjuntos proporcionaram consequente impacto positivo na governança da PB-LOG. Em 2024, a empresa manteve seu compromisso com a integridade e a transparência, refletido na nota máxima recebida no Indicador de Conformidade (IC-SEST), avaliado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). A PB-LOG busca a melhoria contínua dos seus processos, garantindo altos padrões de segurança, eficiência, ética e integridade. Agradecemos a todas as partes interessadas pela cooperação ao longo do ano de 2024 e mantemos nosso compromisso de desenvolver novos negócios para 2025, buscando maximizar os resultados, para a construção de um futuro sustentável.

SOBRE ESTE DOCUMENTO

O presente Relatório da Administração visa atender aos normativos vigentes, como a Lei nº 6.404/76, e orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Este relatório reflete a realidade da Companhia e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores, não tendo sido objeto de auditoria. Além disso, as informações financeiras contidas nesse relatório foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Este documento pode conter previsões que refletem apenas expectativas dos nossos administradores. Os termos “antecipa”, “acredita”, “espera”, “prevê”, “pretende”, “planeja”, “projeta”, “objetiva”, “deverá”, bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos e incertezas previstos ou não pela Companhia e, consequentemente, não são garantias de nossos resultados futuros. Portanto, os resultados futuros das nossas operações podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Criada em novembro de 2012, a PB-LOG é uma Sociedade Anônima de capital fechado e subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

PERFIL CORPORATIVO

A PB-LOG: Desde a sua constituição, a PB-LOG estabeleceu a sua sede na cidade do Rio de Janeiro, atuando prioritariamente na logística de suporte *offshore* e em atividades inerentes às operações de E&P, provendo bens e serviços necessários às atividades de seus clientes. A Companhia tem concentrado suas operações em Consórcios operados pela Petrobras no território nacional. A abrangência da sua infraestrutura e a disponibilidade de recursos proporcionam a agilidade no atendimento de operações complexas. Suas bases, estrategicamente posicionadas junto às grandes bacias produtoras, permitem à PB-LOG ofertar um amplo rol de serviços integrados.

VISÃO, MISSÃO E VALORES

Nossa missão, visão e valores foram reafirmados no Plano de Negócios 2025-2029:



PLANO DE NEGÓCIOS

O Plano de Negócios (PN) apresenta expectativas de longo prazo da PB-LOG e estabelece (i) o conjunto de cenários prováveis que podem interferir no ambiente de negócios, e (ii) os preceitos e orientações do Acionista a serem seguidas para consecução dos objetivos empresariais. Assim, este documento explicita as principais metas a serem alcançadas e os recursos necessários para a consecução dos objetivos nos próximos cinco anos. O Plano Anual de Negócios (PAN) detalha o primeiro ano do PN, estabelecendo compromissos de curto prazo, essenciais para o alcance das metas de longo prazo. Assim, os diretores da Companhia acompanham, mensalmente, a execução do PAN, por meio de Reuniões de Análise Crítica (RACs). Nessas reuniões, a equipe técnica avalia o desempenho da empresa em relação ao PAN e acompanha as perspectivas do mercado, definindo eventuais correções ou ações necessárias para o alcance de seus objetivos.

MODELO DE NEGÓCIO

A PB-LOG tem por modelo de negócio e foco a atuação integrada em serviços de logística e controle de emergência, com flexibilidade e baixo custo para o atendimento dos consórcios de E&P operados pela Petrobras.

Logística Integrada

A PB-LOG está capacitada e habilitada a fornecer serviços de logística integrada para ativos de produção, exploração ou agrupamentos de ativos de menor porte. Este fornecimento ocorre através de uma vasta gama de serviços que vão desde a armazenagem e transporte marítimo de cargas, passando por serviços portuários, transporte aéreo, marítimo e o controle de emergência com equipes treinadas para estes eventos. A PB-LOG integra todos os modais logísticos da cadeia de E&P, promovendo uma operação otimizada em seus diversos elos.

Controle de Emergência (CE)

A PB-LOG, em seu esforço de apresentar um portfólio de serviços adequado a seus clientes, disponibiliza o acesso aos recursos para execução dos serviços de Controle de Emergência (CE), cujo escopo consiste no combate ao derramamento de óleo no mar, a disponibilidade dos recursos e equipamentos de combate ao *Blowout* Submarino e, ainda, a disponibilidade dos recursos mantidos nos Centros de Defesa Ambiental (CDA). Tais escopos podem ser ofertados em conjunto ou separadamente.

GESTÃO E SUPORTE AO MODELO DE NEGÓCIO

Estratégia

No intuito de suportar o seu modelo de negócio, a PB-LOG projeta aprimorar-se nas atividades de controle de emergência, apoio logístico e apoio marítimo, consolidando sua vocação na logística offshore, de modo a ampliar a prestação de serviços para os seus clientes nesta área.

Governança Corporativa

A Companhia desenvolve as suas atividades, orientada pelas melhores práticas de Governança Corporativa, zelando pelo seu objeto social e pautando o seu comportamento dentro dos princípios da transparência, ética, diversidade, equidade e responsabilidade.

Governança e Administração

A Estrutura de Governança e Administração da PB-LOG está composta da seguinte forma: Assembleia Geral - É o órgão deliberativo máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social, bem como para tomar resoluções que julgar convenientes à defesa do desenvolvimento da Companhia. **Conselho Fiscal** - O Conselho Fiscal da Companhia foi instaurado em 2018, composto por três membros, cujo escopo de atuação se encontra definida nos termos do Estatuto Social da PB-LOG e nas melhores práticas de Governança Corporativa. **Diretoria Executiva** - É o órgão responsável pela execução e operacionalização da Companhia e das diretrizes, orientações e estratégia estabelecidas pela Assembleia Geral. É composta por três membros, sendo um (a) Diretor(a) Presidente, um(a) Diretor(a) Corporativo(a) e Financeiro(a) e um(a) Diretor(a) de Operações. **Auditoria** - A Auditoria, atualmente centralizada na Controladora, tem a função de planejar, executar e avaliar as atividades de auditoria e suportar o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAE Conglomerado), a Diretoria Executiva (DE) e a Alta Administração no exercício de suas funções junto a PB-LOG, além de atender às demandas do Conselho Fiscal e dos órgãos governamentais (como TCU, CGU, SEST, CGPAR, PREVIC, dentre outros), fornecendo serviços de avaliação e assessoria de forma independente, objetiva e baseada em análises de riscos, por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, visando a criação e preservação de valor da organização ao fortalecer os processos de gerenciamento de riscos, controle e governança e aperfeiçoar suas operações. **Comitê de Auditoria Estatutário** - Constituído em 2018, o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAE Conglomerado), órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Petrobras, é regulado de acordo com seu Regimento Interno e pelas regras previstas na legislação e demais regulações brasileiras – especialmente pela Lei 13.303/16, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto 8.945/16, de 27 de dezembro de 2016. O CAE Conglomerado tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração da Petrobras, para apreciação das matérias que serão objeto de orientação para as Sociedades do Sistema Petrobras, bem como assessorar a Assembleia de Acionistas, o Conselho de Administração (quando houver) ou a Diretoria Executiva destas Sociedades.

Conformidade, Ética e Integridade

A PB-LOG está sujeita às diretrizes, normas e padrões que se aplicam à Petrobras e às Empresas do Sistema Petrobras e utiliza-se de toda a estrutura de Segurança da Informação da sua holding. Todas as operações conduzidas pela PB-LOG são realizadas observando os princípios do Código de Conduta Ética do Sistema Petrobras, bem como outras normas e orientações internas, formalmente aprovadas, que definem com clareza os princípios éticos e os compromissos de conduta, que norteiam suas ações, aos quais estão submetidos todos os seus empregados, fornecedores e prestadores de serviços. Com base nas melhores práticas de Governança e Conformidade, a Diretoria Executiva da PB-LOG adota, desde 2015, o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção - PPPC (Programa de Compliance da Petrobras). Anualmente, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) avalia, por meio do Indicador de Conformidade (IC-SEST), as empresas estatais em relação ao envio de informações de pessoal, de governança, econômico-financeiras e orçamentárias. Em 2024, a PB-LOG recebeu nota máxima nesse indicador, refletindo o compromisso da empresa com a transparência e integridade dos seus dados. As práticas contábeis da Companhia estão adequadas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com aplicação a partir de 2010. Estes pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aos quais as práticas contábeis foram alinhadas, estão convergentes ao IFRS (*International Financial Reporting Standards*), constituído por normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Administração da PB-LOG monitora estas práticas por meio da Gerência de Gestão Contábil de Empresas, na sua Controladora.

Gestão de Riscos

A PB-LOG adota uma gestão de riscos empresariais integrada e proativa, conduzida pela Diretoria Corporativa e Financeira, assegurando que as estratégias da Companhia estejam alinhadas ao adequado nível de risco afetado ao negócio. Dessa forma, medidas essenciais são implementadas e monitoradas continuamente para garantir a entrega de resultados com segurança e sustentabilidade. A PB-LOG compartilha o seu processo de gestão de riscos com a Petrobras, em aderência às práticas e metodologia das análises de riscos, conforme estabelecido pela Lei 13.303/2016 e seu estatuto social. Nosso sistema de gestão de riscos está alinhado com o Plano de Negócios, sendo os riscos considerados em todas as decisões estratégicas da Companhia. São observadas as análises e recomendações corporativas quanto a gestão de riscos, com desdobramento da estratégia corporativa traçada pela controladora para o sistema Petrobras. A Política de Gestão de Riscos Empresariais estabelece diretrizes gerais e responsabilidades, tendo como base os seguintes princípios

fundamentais: A vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e os direitos, as obrigações, as instalações, os processos, as informações, a reputação e a imagem da Companhia resguardados contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não. A gestão de riscos está alinhada e coerente com o Plano de Negócios da Companhia. A gestão de riscos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atua. Os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, levando em conta os benefícios inerentes à diversificação. As ações de resposta devem considerar as possíveis consequências cumulativas de longo prazo, os possíveis impactos nos nossos stakeholders e devem ser orientadas para a preservação ou agregação de valor e para a continuidade dos negócios.

Relacionamento com Partes Interessadas

A Companhia realiza negócios com responsabilidade e respeito aos seus fornecedores e clientes, proporcionando segurança operacional e jurídica em todas as atividades desenvolvidas. O relacionamento com Auditorias Externas, entidades estatais pertencentes à administração direta e/ou indireta, aqui abrangendo Agências Reguladoras e Órgãos de Controle, pauta-se em práticas de transparência e espírito de colaboração. As decisões internas da PB-LOG que envolvam partes relacionadas respeitam a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado, tendo como premissa a isonomia nas relações contratuais e zelando pelos interesses da Companhia e de seu acionista controlador. Os gestores da Companhia conduzem suas ações em obediência às políticas e diretrizes vigentes para as Sociedades do Sistema Petrobras, no que diz respeito a qualquer transação com partes relacionadas. A exemplo da Petrobras, o sistema de controles internos da PB-LOG observa o atendimento dos requisitos estabelecidos na Lei 12.846 de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas sobre atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira; • Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; • *Foreign Corrupt Practices Act* 1977 (FCPA), lei federal dos Estados Unidos da América (USA); e • *UK Bribery Act* 2010, lei anticorrupção do Reino Unido.

Canal Denúncia

O Canal de Denúncia Petrobras, ao qual a PB-LOG aderiu em 2016, está disponível para os públicos interno e externo, 24 horas por dia, para receber denúncias de fraude, corrupção, favorecimento, assédio moral e sexual e outras irregularidades, que podem ser entendidas como ações ou omissões contrárias à lei ou aos preceitos do Código de Conduta Ética e que possam causar dano à PB-LOG, às demais Sociedades do Sistema Petrobras, aos empregados, acionistas e públicos de interesse.

LAI (Lei de Acesso à Informação)

A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (PB-LOG) reafirma seu compromisso com a transparência e a prestação de contas, conforme a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Cabe destacar que o “FalaB@r”, inserido no contexto da LAI, é uma plataforma integrada de ouvidoria e acesso à informação, criada para promover a participação cidadã, a transparência e o controle social. Ela permite que qualquer pessoa solicite informações públicas, faça denúncias, elogios, reclamações, solicitações ou envie sugestões, fortalecendo a democracia ao garantir que os cidadãos tenham acesso às informações necessárias para acompanhar e fiscalizar a administração pública. Ademais, a PB-LOG informa que todas as solicitações de acesso à informação foram atendidas dentro dos prazos e procedimentos legais.

Gestão de Recursos Humanos

A PB-LOG possui seu quadro de empregados composto por profissionais cedidos da Petrobras. Encerramos o ano de 2024 com 24 empregados, uma redução de 0,8% em relação a 2023, sendo 8 mulheres (33,3%) e 16 homens (66,6%).

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cenário Macroeconômico

Em 2024, a economia brasileira manteve um ritmo de crescimento acima do esperado, com projeções apontando para uma expansão do PIB em torno de 3%, impulsionada pelo mercado de trabalho aquecido e recuperação do consumo. Apesar das restrições fiscais e do ciclo de alta na taxa de juros, a atividade econômica foi favorecida por um cenário externo menos adverso, com estímulo ao crédito e aos investimentos. O setor de serviços seguiu como principal motor do crescimento, enquanto a indústria mostrou sinais de retomada gradual, refletindo um ambiente econômico mais resiliente. No tocante ao segmento de O&G no Brasil, novas Unidades Estacionárias de Produção (UEP) iniciaram suas operações ao longo de 2024 e outras 11 UEPs estão em construção para início de produção até 2029. Em relação às sondas de perfuração foi observado um incremento nas atividades, saindo de 29 para 33 sondas em operação no *offshore* brasileiro, incrementando a demanda primária por serviços de logística de E&P. Neste cenário e com o avanço dos investimentos em E&P pela Petrobras, a PB-LOG manteve a sua operacionalidade, contribuindo na geração de valor com a otimização de recursos operacionais e administrativos.

Desempenho Operacional

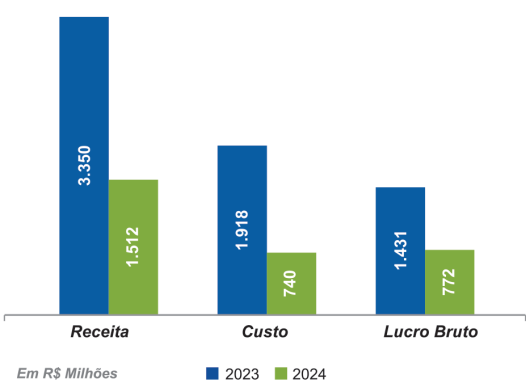
O desempenho operacional da PB-LOG tem forte correlação com as práticas e prioridades estabelecidas pela Petrobras e seus consorciados. Desta forma, a Companhia concentrou suas atividades na região Sudeste, principalmente nas bacias de Santos e Campos, onde se encontram os principais ativos de exploração e produção. Em 2024, a PB-LOG manteve contrato para prestação de serviços logísticos integrados com consórcio de E&P em produção de Tartaruga Verde. Também adicionou ao portfólio atendimento a ativos exploratórios como Sagitário e Júpiter. Já em relação aos de serviços de controle de emergência offshore, manteve a prestação para os consórcios, com destaque para Búzios, Roncador, Mero, Itapu e Sépia. Destacando-se, ainda, a migração para serviço de controle de emergência em BM-S-11 e BM-S-9 e o ingresso de novos atendimentos para Brava, Norte de Brava e Forno, conforme orientação estratégica da controladora.

Unidades marítimas atendidas		
	2024	2023
Controle de Emergência (atendimento unidades/ano)	59	31
Logística Integrada (atendimento unidades/ano)	26*	26

*Manutenção das 26 Unidades Marítimas (UMs) até o 1º trimestre de 2024 e atendimento a 4 UMs nos demais trimestres.

Indicadores de Rentabilidade e Retorno das Operações

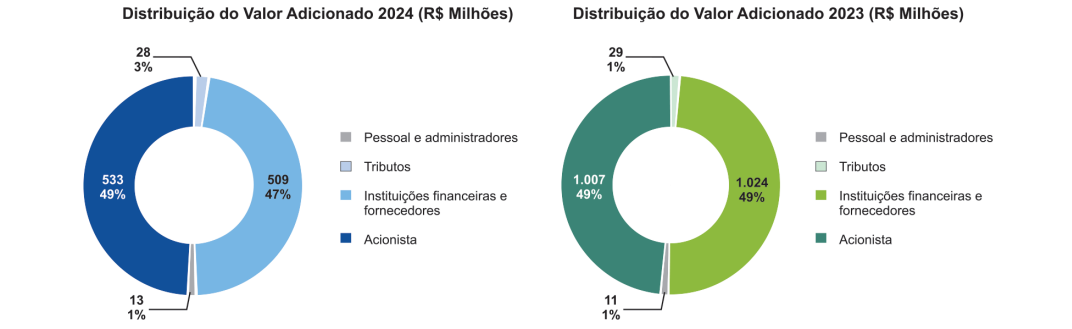
Destaque dos Resultados de 2024



auferidos acima da meta, destacando-se: (1) o NOPAT (*Net Operating Profit After Taxes*) que atingiu R\$ 491 milhões, superando a meta que era no montante de R\$ 211 milhões; (2) a geração FCO (Fluxo de Caixa Operacional), que atingiu R\$ 603 milhões (meta R\$ 206 milhões); e (3) os gastos com D&A (Despesas Gerais e Administrativas), que reduziram 22% em relação à meta de R\$ 31 milhões.

Demonstração do Valor Adicionado e Remuneração ao Acionista

Em 2024, as atividades da PB-LOG geraram R\$ 1.083 milhões em riqueza à sociedade, uma redução de 48% quando comparado ao valor adicionado pela companhia no exercício de 2023. De cada R\$ 1,00 de receita obtida pela PB-LOG no ano, R\$ 0,62 foi distribuído entre diferentes stakeholders: os colaboradores (remuneração e benefícios), o governo (tributos), terceiros (juros pagos a instituições financeiras e aluguéis) e o acionista (dividendos), conforme demonstrado abaixo. No tocante aos tributos, os quais totalizaram R\$ 509 milhões - sendo R\$ 438 milhões em tributos federais e R\$ 71 milhões em tributos municipais. A PB-LOG segue a estratégia tributária definida pela Petrobras, com foco na aplicação adequada da legislação tributária, conformidade das operações e responsabilidade social.



Nossa remuneração ao Acionista tem como princípios, dentre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à máxima distribuição de proventos por meio de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP) de maneira transparente e de acordo com as normas legais e estatutárias. A proposta de remuneração ao acionista relativa ao exercício de 2024, que será encaminhada pela Administração à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2024, no montante de R\$ 533 milhões (R\$ 1.007 milhões em 2023) dos quais foram antecipados R\$ 463 milhões a título de dividendos intermediários, contempla o dividendo obrigatório no percentual de 25% e dividendos adicionais de 75% do lucro líquido ajustado.

PERSPECTIVAS DO CONTEXTO DE NEGÓCIOS

O cenário macroeconômico para os próximos anos apresenta desafios ao crescimento econômico em meio à estabilização do contexto fiscal. No cenário externo, há risco de desaceleração global, o que pode vir a impactar as exportações brasileiras para grandes mercados, como Estados Unidos e China. No segmento de *upstream*, considerando que as atividades de E&P em águas profundas seguem ritmo próprio, cujos investimentos possuem objetivos de médio a longo prazo, o setor deve manter o seu dinamismo e experimentar um crescimento dada a entrada em produção de novas unidades. Neste contexto, a Petrobras prevê investimentos no montante de US\$ 111 bilhões para os próximos 5 anos, dos quais US\$ 77 bilhões estão direcionados para o segmento de Exploração e Produção (E&P). Assim, com os investimentos previstos e com a aproximação da PB-LOG na prestação de serviços complementares às necessidades de serviços logísticos para atendimento das operações da Petrobras, com possíveis oportunidades de negócio adicionais para a Companhia. Para tanto, a PB-LOG seguirá suas ações de otimização operacional, garantindo sua competitividade, agregando valor aos seus serviços e reafirmando o seu modelo de negócio. Por sua vez, a PB-LOG segue focada na renovação de sua carteira de contratos e atenta à captação de novas oportunidades. Ao longo de 2024 assinamos contratos de longa duração com escopo de atendimento às atividades de CE (Controle à Emergência) e de logística integrada, reforçando a atuação da empresa junto aos consórcios de E&P operados pela Petrobras e garantindo a prestação de serviços até 2029.

PLANO DE NEGÓCIOS 2025-2029

OP N 25-29 reflete a continuidade do reposicionamento estratégico da Companhia, estabelecendo como prioridade a prestação de serviços em logística integrada para ativos de menor porte e em controle de emergência, dando maior foco onde a Companhia possui grande expertise e vantagem competitiva.

Demonstração do Resultado - PN 25-29	R\$ milhões	Margem*
Receita Líquida	5.402	
Custo do Serviço Prestado	(3.302)	
Lucro Bruto	2.100	39%
Despesas Gerais e Administrativas	(166)	
Despesas Tributárias	(7)	
Outras Despesas Operacionais	(20)	
Lucro Operacional	1.907	35%
Resultado Financeiro	168	
LAIR	2.075	
IR/CSLL	(706)	
Lucro Líquido	1.369	25%

* Considerando margens bruta (Lucro Bruto), operacional (Lucro Operacional) e líquida (Lucro Líquido) as quais demonstram o percentual em relação a receita líquida.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>



Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Para o primeiro ano do PN, estabeleceu-se como métricas de topo a serem acompanhadas na gestão do negócio os seguintes indicadores:

Indicador	Unidade	Meta	Tipo
Net Operating Profit After Taxes (NOPAT)	R\$ mil	268.587	Maior-Melhor
IAGEE ^a	Unidade	3	Maior-Melhor
ICMA ^b	m³	3	Menor-Melhor

^a Índice de Atendimento às metas de Gases de efeito estufa (indicador de Políticas Públicas compartilhado com a Petrobras); e

^b Índice de Compromisso com o Meio Ambiente. Tendo com mediação o volume vazado acima de 1 barril (0,159m³).

Os indicadores apresentados são fundamentais para guiar nossas ações estratégicas e refletem nosso compromisso com os resultados e sustentabilidade do negócio, promovendo impacto positivo para nosso acionista e para a sociedade.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Financeiras da PB-LOG dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas. Não foram, nos respectivos exercícios, contratados serviços dos auditores que pudessem afetar a independência dos auditores em relação à Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos Auditores Independentes, emitido em 25 de fevereiro de 2025, sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025.		
A Administração,		
Odaléa Elisabeth Franco Lima	Odaléa Elisabeth Franco Lima	Elisandra Collaziol
Diretora Presidente	Diretora de Operações	Diretora Corporativa e Financeira

BALANÇO PATRIMONIAL							
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)							
Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	Fornecedores	8	148.174	277.203
Contas a receber, líquidas	6.1	128.726	402.362	Arrendamentos	9	627	1.083
Contas a receber - FIDC	6.4	397.285	473.370	Imposto de renda e contribuição social	12.1	29.194	63.951
Imposto de renda e contribuição social	12.1	13	73	Impostos e contribuições	12.2	11.178	22.602
Impostos e contribuições	12.2	755	19.765	Outros passivos		11.027	14.965
				Passivo circulante		200.200	379.804
Ativo circulante		526.780	895.571	Arrendamentos	9	712	1.099
Contas a receber, líquidas	6.1	43.975	50.896	Provisão para processos judiciais	11.1	44.027	53.103
Depósitos judiciais	11.2	50.553	47.387	Provisão para ressarcimentos	10.1	46.731	45.203
Impostos e contribuições	12.2	52.468	51.387	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.1	4.205	1.892
				Outros passivos		10.115	4.767
Ativo realizável a longo prazo		146.996	149.670	Passivo não circulante		105.790	106.064
Imobilizado	7	963	1.555	Passivo circulante e não circulante		305.990	485.868
				Capital social realizado		249.391	249.391
Ativo não circulante		147.959	151.225	Reservas de lucros		119.358	311.537
Total do ativo		674.739	1.046.796	Patrimônio líquido	13	368.749	560.928
				Total do passivo		674.739	1.046.796
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO			
Exercícios findos em 31 de dezembro			
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)			
	Notas	2024	2023
Receita de serviços	15	1.512.484	3.341.358
Custo dos serviços prestados	17	(740.340)	(1.910.074)
Lucro Bruto		772.144	1.431.284
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	17	(24.092)	(22.174)
Tributárias	17	(2.299)	(6.472)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(28.328)	(2.856)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		743.816	1.399.782
Resultado financeiro líquido	16	63.652	125.083
Receitas financeiras		70.155	130.825
Despesas financeiras		(1.378)	(1.389)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(5.125)	(4.353)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		807.468	1.524.865
Imposto de renda e contribuição social	12.1	(274.175)	(517.854)
Lucro líquido do exercício		533.293	1.007.011
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	13.6	0,23	0,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES			
Exercícios findos em 31 de dezembro			
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)			
	2024	2023	
Lucro líquido do exercício	533.293	1.007.011	
Outros resultados abrangentes	–	–	
Resultado abrangente total	533.293	1.007.011	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercícios findos em 31 de dezembro			
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)			
	Notas	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		533.293	1.007.011
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	17	414	458
Perdas de créditos esperadas	18	38	–
Provisão (reversão) para processos judiciais e administrativos	18	(8.904)	2.129
Imposto de renda e contribuição social	12.1	274.175	517.854
Encargos financeiros sobre arrendamentos	9	559	210
Variações monetárias e cambiais não realizadas	16	(4.225)	4.353
Rendimentos com recebíveis de ativos financeiros	10.1	(55.025)	(101.059)
Resultado na baixa de ativos de direito de uso/arrendamentos		–	(45)
Redução (aumento) de ativos			
Contas a receber		282.814	80.034
Impostos a recuperar		20.464	10.191
Outros ativos		7.102	(2.108)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(128.832)	(267.591)
Processos judiciais pagos		(77)	(3.595)
Impostos e contribuições a recolher		(180.323)	(262.481)
Outros passivos		1.064	15.900
Imposto de renda e contribuição social pagos		(139.824)	(245.230)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		602.713	756.031
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros		(1.734.069)	(3.307.227)
Resgates em recebíveis de ativos financeiros		1.865.178	3.457.683
Recursos líquidos utilizados pelas atividades de investimentos		131.109	150.456
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de arrendamentos	9	(1.315)	(645)
Pagamento de dividendos	13.5	(732.507)	(905.842)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		(733.822)	(906.487)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício		–	–
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES: A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Companhia" ou "PB-LOG") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Constituída em 21 de novembro de 2000, a Companhia iniciou suas operações em 2 de janeiro de 2001, sob o nome de Alberto Pasqualini – REFAP S.A. Desde 1968 a refinaria funcionava como unidade operacional da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Em 1º de novembro de 2012, foi aprovada, por meio de sua Assembleia Geral Extraordinária, a reforma integral do seu Estatuto Social, modificando-se, dentre outros aspectos, a sua denominação e objeto social, passando, a partir daquela data, a denominar-se Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("PB-LOG"), cujo objeto social sofreu alterações para possibilitar o provimento de serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, além da atividade de navegação de apoio marítimo e serviços correlatos. A Companhia mantém transações relevantes com a sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. As atividades operacionais da Companhia estão relacionadas à prestação de serviços de logística integrada (armazenagem e transporte marítimo de cargas, passando por serviços portuários, transporte aéreo e marítimo) e controle de emergência (combate ao derramamento de óleo no mar e disponibilidade dos recursos e equipamentos de combate ao Blowout Submarino). No exercício, não houve ocorrência de receitas ou custos decorrentes de políticas públicas no âmbito da PB-LOG, vinculada ao interesse público na sua controladora Petróleo Brasileiro S.A.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.639/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4. A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2025, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras. **2.1. Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS: Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações. A seguir são apresentados: (i) julgamentos relevantes;

e (ii) as principais fontes de incerteza com risco significativo de causar ajustes materiais em estimativas contábeis da Companhia ao longo do próximo exercício social. **4.1. Fontes de incerteza em provisões para processos judiciais e contingências:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e considera estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a Companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares. Decisões judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 11. **4.2. Fontes de incerteza em imposto de renda e contribuição social correntes:** As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer situações em que as interpretações das autoridades fiscais diverjam do entendimento da Companhia. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. Com base na melhor forma de estimar a resolução da incerteza, a Companhia avalia cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto de temas onde há interdependência quanto ao resultado esperado. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem o valor dos fundamentos da incerteza. Se for provável que as autoridades fiscais aceitem um tratamento fiscal incerto, os saldos registrados nas demonstrações financeiras são consistentes com a escrituração fiscal e, portanto, nenhuma incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro correntes ou diferidos. Caso não seja provável, a incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras. Na medida que a Companhia conclua que não é provável que as autoridades fiscais aceitem um tratamento fiscal incerto, os valores registrados nas demonstrações financeiras devem refletir essa incerteza na mensuração dos tributos sobre o lucro correntes ou diferidos. O efeito da incerteza para cada tratamento fiscal incerto é estimado utilizando o método que forneça a melhor previsão da resolução da incerteza. O método do valor mais provável fornece como estimativa o único valor mais provável em um conjunto de resultados possíveis, enquanto o método do valor esperado representa a soma de valores de probabilidade ponderada na faixa de resultados possíveis. **4.3. Fontes de incerteza nas perdas de crédito esperadas de ativos financeiros:** Perdas de crédito correspondem à diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à entidade e todos os fluxos de caixa que a entidade espera receber, descontados à taxa de juros efetiva original. A perda de crédito esperada (PCE) de um ativo financeiro corresponde à média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>



Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES: 5.1. *International Accounting Standards Board (IASB)*: A Companhia é regida pelos regramentos publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2024 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21</i>	As emendas estabelecem que quando uma moeda não for conversível por outra na data mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a conversibilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da conversibilidade. Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é conversível por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não conversível por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa.	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas
<i>Annual Improvements - Volume 11</i>	As emendas alteram pontualmente requerimentos relacionados aos seguintes temas e normativos: preço de transação e desconhecimento de passivos de arrendamentos (<i>IFRS 9 Financial Instruments</i>); método de custo (<i>IAS 7 Statement of Cash Flows</i>); ganho ou perda no desconhecimento divulgação da diferença diferida entre o valor justo e o preço da transação, e divulgação do risco de crédito (<i>IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures</i>); determinação de um 'agente de fato' (<i>IFRS 10 Consolidated Financial Statements</i>); e contabilização de hedge para um adotante pela primeira vez (<i>IFRS 1 First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards</i>).	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
<i>Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	De forma geral, as emendas às IFRS 9 trazem esclarecimentos sobre: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para classificação de ativos; ativos financeiros non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados. Adicionalmente, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos quanto à data do reconhecimento inicial ou desconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros, e a possibilidade de desconhecer passivos financeiros que serão liquidados em caixa por meio de um sistema eletrônico de pagamento, antes da data da liquidação, desde que determinados critérios sejam atendidos. Já as emendas à IFRS 7 trazem novos requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
<i>Contracts Referencing Nature - dependent Electricity - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	As emendas promovem alterações nas IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de eletricidade relacionados à natureza. Tais emendas incluem: esclarecimento sobre aplicação dos requerimentos <i>own-use</i> ; permissão da utilização da contabilização de <i>hedge</i> se esses contratos forem utilizados como instrumentos de hedge; e requerimentos adicionais de divulgação.	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
<i>IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à <i>IAS 1 - Presentation of Financial Statements</i> . Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre: a. Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas; b. Divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão; c. Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; e d. Novos requerimentos de divulgação. Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos, incluindo requerimentos contábeis que tratam da demonstração do fluxo de caixa. Nesse último, entre outras modificações, foi removida a opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.	1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas
<i>IFRS 19 - Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures</i>	A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar os padrões contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas

Em relação ao normativo em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. 5.2. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**: O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos aos IFRS, tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2024, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - CPC Associates and Joint Ventures 18 (R3)*	<i>IAS 28 Investments in Associates and Joint Ventures</i>	1º de janeiro de 2025
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27	<i>Amendments to IAS 21 (Lack of Exchangeability)</i>	1º de janeiro de 2025
Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial ICPC 09 (R3)**	Sem equivalência às IFRS	1º de janeiro de 2025
Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIQ) (OCPC 10)	Sem equivalência às IFRS	1º de janeiro de 2025

* Emitido em substituição ao CPC 18 (R2)
** Emitido em substituição ao ICPC 09 (R2)
Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.

6. CONTAS A RECEBER: 6.1. Contas a receber, líquidas

	2024	2023		
Recebíveis de contratos com clientes				
Terceiros	301	263		
Partes relacionadas (Nota 10.1)	172.701	453.258		
Total do contas a receber	173.002	453.521		
Perdas de crédito esperadas (PCE) – Terceiros	(301)	(263)		
Total do contas a receber, líquidas	172.701	453.258		
Circulante	128.726	402.362		
Não circulante	43.975	50.896		
6.2. Aging do contas a receber terceiros				
	Contas a receber	2024 PCE	Contas a receber	2023 PCE
Vencidos:				
De 3 a 6 meses	38	(38)	–	–
Acima de 12 meses	263	(263)	263	(263)
Total	301	(301)	263	(263)
6.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas – PCE				

7. IMOBILIZADO

Saldo em 31 de dezembro de 2023	
Custo acumulado	1
Depreciação acumulada	(14)
Depreciação	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	
Custo acumulado	2.269
Depreciação acumulada	(1.306)

Saldo em 31 de dezembro de 2022	
Custo acumulado	15
Depreciação acumulada	(13)
Adições	383
Depreciação	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	
Custo acumulado	15
Depreciação acumulada	(14)

Os direitos de uso incluem embarcação de apoio operacional e edificação administrativa. A PB-LOG obtém integralmente os benefícios de uso desses ativos. **Prática contábil:** Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com as vidas úteis de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear com base nos prazos contratuais.

8. FORNECEDORES

Terceiros na país
Partes relacionadas (Nota 10.1)

Total	
Circulante	148.174
Não Circulante	277.203

A Companhia participa de um programa da Petrobras para fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva de óleo e gás denominado "Mais Valor", operacionalizado por uma empresa parceira em uma plataforma 100% digital. As faturas performadas dos fornecedores cadastrados na plataforma ficam disponíveis para serem antecipadas em um processo de leilão reverso, cuja vencedora é a instituição financeira que fizer o lance com a menor taxa de desconto para o fornecedor. A instituição financeira passa a ser a credora das faturas antecipadas pelo fornecedor, sendo que a PB-LOG paga as faturas na mesma data e condições originalmente acordadas com o fornecedor. As faturas são antecipadas no programa Mais Valor exclusivamente a critério dos fornecedores e não sofrem alteração de prazos, preços e condições comerciais contratadas pela Companhia, bem como não há quaisquer registros de encargos financeiros, sendo mantidas as classificações em fornecedores no balanço e como atividade operacional as variações apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, os valores antecipados pelas instituições financeiras aos fornecedores, no escopo do Programa é de R\$ 28.455 (R\$ 36.057 em 31 de dezembro de 2023), com prazo de pagamento entre 6 e 17 dias e prazo médio ponderado de 11 dias, após atendidas as condições comerciais contratadas.

9. **ARRENDAMENTOS:** Os arrendamentos incluem obrigações relativas a embarcação de apoio operacional e edificação administrativa, que são ativos dos quais a PB-LOG obtém integralmente os benefícios de seu uso junto à Petrobras. A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos no passivo da Companhia está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	
Remensuração/Novos contratos	
Pagamento de principal e juros	
Encargos incorridos no período	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	
Circulante	627
Não Circulante	712

Saldo em 31 de dezembro de 2022	
Remensuração/Novos contratos	
Pagamento de principal e juros	
Encargos incorridos no período	
Encerramento antecipado	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	
Circulante	1.085
Não Circulante	1.099

Os pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro, por vencimento, estão detalhados a seguir:			
Compromissos Estimados	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
2025	693	(66)	627
2026	724	(131)	593
2027	120	(30)	90
2028	42	(13)	29
Em 31 de dezembro de 2024	1.579	(240)	1.339
Circulante			627
Não circulante			712
Prática contábil: A classificação contábil das operações de arrendamento operacional tem como base normativa o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos ativos subjacentes de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados à taxa incremental nominal sobre empréstimos da Petrobras, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas. Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como dos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento. Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.			
10. PARTES RELACIONADAS: A Companhia segue a política com partes relacionadas do Sistema Petrobras, de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses, e em observância aos princípios de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade. A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos eram os seguintes:			
10.1. Transações comerciais e outras operações			



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>



Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

ao longo do exercício em que o empregado tiver prestado serviços. Suas mensurações representam as estimativas de desembolsos futuros decorrentes dos serviços prestados, na medida que os requisitos para acionamento dos programas sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

11. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS: 11.1. **Processos provisionados:** A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem a: **Processos fiscais:** Referem-se, principalmente, a auto de infração lavrado em razão de divergência entre entendimentos das autoridades fiscais (Federal e Municipal) e da Companhia; **Processos trabalhistas, destacando-se:** Pleitos de revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime; diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repouso semanais remunerados e Petros; e **Processos cíveis:** Principalmente contratos de afretamento. Os valores provisionados são os seguintes:

	2024	2023
Fiscais	41.723	39.906
Trabalhistas	2.304	10.990
Cíveis	-	2.207
Total	44.027	53.103

A movimentação dos processos judiciais provisionados no exercício está apresentada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	53.103	50.988
Baixa, líquida de reversão (a)	(11.526)	(1.309)
Atualização	2.450	3.424
Saldo final	44.027	53.103

(a) Refere-se a baixas de processos cíveis encerrados e pagos, sem custo para a Companhia por se tratar de assuntos da REFAP, cobertos pelo Contrato de Compra e Venda do Estabelecimento (CCVE) e processos cíveis próprios da Companhia. Os processos judiciais provisionados oriundos das atividades operacionais da REFAP estão sob responsabilidade da controladora Petrobras, conforme Contrato de Compra e Venda do Estabelecimento (CCVE) entre as empresas. Desta forma, o Contas a Receber junto à Petrobras registrado no ativo não circulante somou R\$ 43.975 (R\$ 50.896 em 31 de dezembro de 2023). 11.2. **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e podem ser exigidos independentemente da probabilidade de perda dos processos:

	2024	2023
Ativo não circulante	5	3
Trabalhistas	-	-
Fiscais	50.548	47.384
Total	50.553	47.387

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício está apresentada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	47.387	43.921
Baixa, líquida de reversão	(4)	(328)
Atualização financeira	3.170	3.794
Saldo final	50.553	47.387

11.3. Processos não provisionados: Os processos judiciais e administrativos, que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Em 31 de dezembro de 2024, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	2024	2023
Natureza	-	-
Fiscais	376.175	337.939
Trabalhistas	9.127	15.059
Cíveis	21.973	19.621
Ambientais	289	268
Total	407.564	372.887

11.3.1. Composição dos processos judiciais não provisionados: Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, trabalhista, cível e ambiental, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

	Estimativa	
	2024	2023
Descrição dos processos de natureza fiscal		
Autor: União Federal		
1) Auto de Infração para cobrança de PIS/COFINS decorrente de glosa de créditos.	18.763	17.943
Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário em alçada administrativa que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).		
2) Auto de infração para cobrança de CSLL e IRPJ decorrente da glosa do aproveitamento de ágio em operações societárias.	67.921	61.311
Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário em alçada administrativa que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).		
3) Auto de infração tributário glosando o creditamento de PIS e COFINS.	286.093	258.251
Situação atual: Considerando decisão da Delegacia da Receita Federal julgando improcedente a impugnação, foi apresentado recurso voluntário em alçada administrativa que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).		
4) Auto de infração para lançamento de multa de 1% sobre o valor aduaneiro por prestação de informação inexistente em procedimento de importação realizado pela Companhia.	2.896	-
Situação atual: Encerrada a fase administrativa, foi ajuizada ação anulatória, garantida por meio de depósito judicial, que suspende a exigibilidade do crédito tributário. Pendente apreciação da petição inicial e das petições subsequentes.		
5) Processos diversos de natureza fiscal	502	434
Total de processos de natureza fiscal	376.175	337.939

	Estimativa	
	2024	2023
Descrição dos processos de natureza fiscal		
Autor: Diversos - Pessoa física		
1) Reclamação trabalhista em virtude da remuneração mínima (RMNR).	7.771	13.126
Situação atual: O Supremo Tribunal Federal (STF), acolhendo recurso da Petrobras, reconheceu em março de 2024 que a fórmula de cálculo utilizada pela Companhia é válida e está conforme o negociado entre as partes, revertendo a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que havia estabelecido critério diverso e firmado entendimento parcialmente contrário à Companhia. Como existiam várias ações judiciais em diversas fases processuais, a empresa acompanha a tramitação dos respectivos processos e promove os ajustes necessários nos valores e expectativas desse contencioso de acordo com as decisões que aplicam o precedente do STF. Em 2024, a redução se refere, em especial, a baixas de valores e transferências para perda remota decorrentes de decisões favoráveis à Companhia que aplicaram o precedente do STF.		
Autor: Diversos - Pessoa física		
2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros.	1.356	1.933
Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.		
Total de processos de natureza trabalhista	9.127	15.059

	Estimativa	
	2024	2023
Descrição dos processos de natureza cível		
Autores: Pessoas Jurídicas		
1) Pleito de anulação de multas aplicadas pela fiscalização de contratos de serviços de afretamentos de embarcações.	21.973	19.621
Situação atual: Decisão do Tribunal de Justiça, em sede de apelação, anulou a sentença desfavorável para a Companhia proferida pela Vara Cível que a condenava à reparação por perdas e danos, determinando que o processo seja analisado por Vara Empresarial. Foram opostos embargos de declaração em face desta decisão os quais foram rejeitados pelo Tribunal.		
Total de processos de natureza cível	21.973	19.621

	Estimativa	
	2024	2023
Descrição dos processos de natureza ambiental:		
Autores: Autoridades Governamentais		
1) Infrações em discussão a respeito de possíveis danos ambientais onshore.	289	268
Situação atual: Processos encontram-se aguardando decisão administrativa e avaliação de ajuizamento de ação judicial.		
Total de processos de natureza ambiental	289	268

Prática contábil: A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram provável o desembolso de caixa futuro e sejam atendidas as demais condições para o reconhecimento de uma provisão. Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas, considerando as melhores informações disponíveis até a data da divulgação. A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.1. Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

12. TRIBUTOS: 12.1. **Imposto de Renda e Contribuição Social: Tributos correntes**

	Ativo circulante		Passivo circulante	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda	13	12	17.812	37.854
Contribuição social	-	61	11.382	26.097
Total	13	73	29.194	63.951

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido. Os tributos sobre o lucro no ativo circulante são créditos fiscais resultantes do processo de apuração de IRPJ e CSLL. O passivo circulante é a parcela a pagar da apuração do IRPJ e CSLL corrente. **Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro do exercício antes dos impostos	807.468	1.524.865
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(274.539)	(518.454)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas	340	576
Outros	24	24
Imposto de renda e contribuição social	(274.175)	(517.854)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.313)	(747)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(271.862)	(517.107)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	(34%)	(34%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante: O quadro a seguir demonstra a movimentação nos exercícios:		
	2024	2023
Saldo inicial	(1.892)	(1.145)
Reconhecido no resultado	(2.313)	(747)
Saldo final	(4.205)	(1.892)

O quadro a seguir demonstra a composição e o fundamento para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

	Natureza	Fundamento para realização	2024	2023
Perda de crédito esperada		Baixa definitiva e reversão da provisão	101	90
Provisão para processos judiciais		Pagamento e reversão da provisão	244	1.085
Provisões para PRD/PPP e PLR		Pagamento e reversão da provisão	2.220	2.591
Atualização monetária - Depósitos judiciais		Levantamento dos recursos	(6.723)	(5.645)
Varição cambial		Liquidação financeira	(47)	(13)
Total			(4.205)	(1.892)
Impostos diferidos ativos			2.565	3.766
Impostos diferidos passivos			(6.770)	(5.658)

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos: A Administração considera que os débitos fiscais diferidos passivos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros.

Prática contábil: A Companhia apura seus tributos sobre o lucro de acordo com a legislação vigente ao final do período que está sendo reportado. Estes tributos são calculados com base no lucro tributável, conforme legislação pertinente, e mensurados pelas alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado, compreendendo os impostos correntes e diferidos. **a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas previstas na legislação específica de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

12.2. Demais impostos e contribuições

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
PIS e COFINS (a)	755	19.705	52.468	51.387	4.128	-
Imposto de renda retido na fonte	-	-	-	-	192	189
Imposto sobre serviços	-	-	-	-	6.684	22.242
Outros	-	60	-	-	174	171
Total	755	19.765	52.468	51.387	11.178	22.602

(a) No ativo não circulante está incluído saldo de créditos fiscais de PIS/COFINS originados das atividades operacionais da REFAP, no montante de R\$ 46.731 (R\$ 45.203 em 31 de dezembro de 2023) que, a partir da compensação pela PB-LOG, serão objeto de ressarcimento à Petrobras.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 13.1. **Capital social realizado:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 249.391, sendo composto por 2.360.959.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. 13.2. **Destinação do resultado e dividendos:** A destinação do lucro líquido do exercício e os dividendos propostos são demonstrados a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	533.293	1.007.011
Lucro básico para determinação do dividendo	533.293	1.007.011
Dividendos obrigatórios - 25%	-	-
Dividendos intermediários	463.604	744.702
Atualização monetária das antecipações - Selic	211	652
Dividendos adicionais propostos	69.478	261.657
Total de dividendos propostos	533.293	1.007.011

13.3. Reserva de lucros: Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O montante reconhecido pela PB-LOG (R\$ 49.880 em 31 de dezembro de 2024 e de 2023) já atinge o limite legal. **13.4. Dividendos:** Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateados pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. O estatuto social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório. O saldo de dividendos adicionais propostos relativos ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$ 261.657, foi aprovado por meio de Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024, e foi pago à Petrobras em 03 de maio de 2024. Os dividendos intermediários relativos ao resultado apurado no período de janeiro a outubro de 2024, no montante de R\$ 463.604, foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia em 05 de dezembro de 2024, e pagos à Petrobras em 30 de dezembro de 2024. **Dividendos a pagar:** Em 31 de dezembro de 2024, não há saldo de dividendos aprovados a pagar aos acionistas da PB-LOG.

	2024	2023
Movimentação dos dividendos a pagar		
Saldo inicial	-	-
Dividendos adicionais propostos aprovados na AGO	261.657	154.764
Adição por deliberação da DE (antecipação)	463.604	744.702
Atualização monetária	9.350	8.226
Pagamento	(732.507)	(905.842)
IRRF sobre a atualização monetária	(2.104)	(1.850)
Saldo final	-	-

Prática contábil: A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta de dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO). **13.5. Resultado por ação:**

	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas	533.293	1.007.011
Quantidade de ações	2.360.959.993	2.360.959.993
Lucro líquido básico e diluído por ação (R\$ por ação)	0,23	0,43
O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações. Os resultados apurados básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude da PB-LOG não possuir ações potenciais com efeito de diluição.		

14. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS: 14.1. **Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Durante os exercícios de 2024 e 2023 não foram identificados derivativos nas operações da Companhia. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Recebíveis - mensuráveis a custo amortizado		
Contas a receber de clientes, líquidas	128.726	402.362
Contas a receber - FIDC	397.285	473.370
Ativo circulante	526.012	875.733
Contas a receber, líquidas	43.975	50.896
Depósitos judiciais	50.553	47.387
Ativo não circulante	94.528	98.283
Total do ativo	620.540	974.016
Passivo		
Fornecedores	148.174	277.203
Outros passivos	11.027	14.965
Passivo circulante	159.201	292.168
Provisão para ressarcimentos	46.731	45.203
Outros passivos	10.115	4.767
Passivo não circulante	56.846	49.970
Total do passivo	216.046	342.138

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados. **14.2. Mensuração dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis. **14.3. Gerenciamento de riscos:** A gestão da Companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos: **14.3.1. Risco de mercado:** **14.3.1.1. Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade da PB-LOG sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas da Petrobras, não estando, portanto, exposta. **14.3.2. Risco de crédito:** A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo do contas a receber que, por sua vez, é atenuado por possuir como principal cliente a sua controladora Petrobras. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez. **14.3.3. Risco de liquidez:** A possibilidade de insuficiência de caixa, para liquidar as obrigações nas datas previstas, é gerenciada pela Companhia rotineiramente. O risco de liquidez também é mitigado ao se definir parâmetros de referência para a gestão do caixa e das aplicações financeiras e ao analisar periodicamente os riscos do fluxo de caixa projetado. Dessa forma, é possível dimensionar a necessidade de disponibilidades financeiras para a continuidade operacional e a execução do plano estratégico. O risco de liquidez da Companhia não é significativo e é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

15. RECEITA DE SERVIÇOS: A receita da Companhia está substancialmente concentrada em operações com sua acionista controladora Petrobras, na condição de operadora dos consórcios de E&P. Abaixo apresentamos a composição da receita na demonstração de resultado do exercício:

	2024	2023
Receita bruta de serviços	1.745.306	3.841.030
ISS	(71.285)	(143.218)
PIS	(28.815)	(63.584)
COFINS	(132.722)	(292.870)
Total	1.512.484	3.341.358



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>



Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Prática contábil: Os principais contratos com clientes da Companhia envolvem a prestação de serviços de logística integrada e controle de emergência. A Companhia avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os produtos e serviços distintos prometidos em cada um deles. As receitas de vendas são reconhecidas no momento em que o controle é transferido ao cliente, o que geralmente ocorre quando o serviço é prestado. Neste momento, a Companhia satisfaz à obrigação de desempenho. São consideradas obrigações de desempenho as promessas de transferir ao cliente: (i) bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; e (ii) uma série de bens ou serviços distintos que possuam as mesmas características ou sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho. As vendas são realizadas em prazos curtos de recebimento, não havendo assim componentes de financiamento significativo.

16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2024	2023
Receitas Financeiras	70.155	130.825
Receita com recebíveis de ativos financeiros - FIDC	70.153	130.816
Receita com depósitos judiciais	2	10
Outros	-	(1)
Despesas Financeiras	(1.378)	(1.389)
Juros	(850)	(1.193)
Despesas com arrendamento	(528)	(196)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(5.125)	(4.353)
Atualização monetária de dividendos pagos	(9.350)	(8.226)
Atualização monetária dividendos a pagar	211	652
Atualização monetária de depósitos judiciais	3.170	3.794
Atualização monetária de impostos a recuperar	2.475	1.759
Outros	(1.631)	(2.332)
Total	63.652	125.083

17. Despesas e custos por natureza

	2024	2023
Gastos com pessoal (administrativo)	(14.673)	(14.079)
Compartilhamento de gastos com a Controladora (administrativo)	(7.394)	(6.197)
Depreciação e amortização (administrativo)	(343)	(404)
Outras despesas administrativas	(1.682)	(1.494)
PIS/COFINS sobre rendimentos do FIDC e demais impostos e taxas	(2.299)	(6.472)
Á fretamentos de embarcações e aeronaves	(506.363)	(1.151.816)
Serviços logísticos	(192.350)	(662.314)
Operações terrestres	(13.446)	(67.152)
Serviços de segurança, meio ambiente e saúde	(13.978)	(13.468)
Gastos com pessoal (operacional)	(9.141)	(8.788)
Depreciação e amortização (operacional)	(71)	(54)
Outros custos operacionais	(4.991)	(6.482)
Total	(766.731)	(1.938.720)
Na demonstração de resultado:		
Despesas gerais e administrativas	(24.092)	(22.174)
Despesas tributárias	(2.299)	(6.472)
Custos dos serviços prestados	(740.340)	(1.910.074)
Total	(766.731)	(1.938.720)

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2024	2023
Provisões e/ou perdas com processos judiciais	8.904	(2.129)
Despesas com ociosidade de embarcações	-	(5)
Multas contratuais	424	2.804
Prêmio por desempenho e PLR	(4.307)	(5.607)
Provisão/reversão ressarcimento de contingências	(6.921)	1.829
Perdas de créditos esperadas	(38)	-
Outras despesas, líquidas	1	252

DIRETORIA EXECUTIVA

ODALÉA ELISABETH FRANCO DE LIMA
Diretora Presidente

ELISANDRA COLLAZIOL
Diretora Corporativa e Financeira
EDUARDO SEIXAS - Contador - CRC/RJ 087203/O-6

ODALÉA ELISABETH FRANCO DE LIMA
Diretora de Operações

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.** - Rio de Janeiro - RJ
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas: Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 1 e 10, chamamos a atenção para o fato que a Companhia faz parte de um grupo econômico e mantém operações relevantes com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, principalmente envolvendo a receita de serviços e os custos de serviços prestados. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos firmados entre a Administração da Companhia e a Petrobras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas

no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG**, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela PB-LOG relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024: I - Relatório da Administração; II - Demonstrações Financeiras; e III - Proposta de Distribuição de Dividendos. Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas no Brasil, as informações prestadas pela Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas pela KPMG Auditores Independentes, datado de 25 de fevereiro de 2025, o Conselho

Fiscal opina que os documentos apresentados estão em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral Ordinária da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. Os Conselheiros Fiscais declaram não conhecer quaisquer outros eventos que possam afetar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.

Walber Monteiro de Almeida **Pedro Guedes Campelo** **Rafael Rezende Brigolini** **Patrícia Alvim Mendonça**
Conselheiro Fiscal - Presidente Conselheiro Fiscal Conselheiro Fiscal Secretária-Geral



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>